



**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

**PROVIMENTO Nº 005-2007**

**Dispõe sobre a instalação da 2ª Vara da Comarca de Paço do Lumiar, Maranhão, redistribuição dos feitos e dá outras providências.**

**O DESEMBARGADOR RAIMUNDO FREIRE CUTRIM,** Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Maranhão, no exercício das atribuições legais, conferidas pelo artigo 32, da Lei Complementar nº 14, 17 de dezembro de 1991, Código de Organização e Divisão Judiciárias, e artigo 30, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça.

**CONSIDERANDO** o que estabelece o artigo 6º, inciso VI, da Lei Complementar nº 87, de 19 de julho de 2005;

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer a efetiva atuação jurisdicional dos juízes, observando o disposto no artigo 14, incisos I e II, da Lei complementar nº 67, de 23 de dezembro de 2003,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - O juiz Diretor do Fórum da Comarca de Paço do Lumiar procederá, imediatamente, a redistribuição dos feitos cíveis e criminais comuns às duas Varas, de forma eqüitativa.

**Art. 2º** - Serão, ainda, redistribuídos à 2ª Vara, em razão de competência privativa, os feitos relativos a acidentes do trabalho, família, casamento, sucessão, tutela, curatela e ausência, infância e juventude.



**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

**Art. 3º** - Nos feitos comuns às duas Varas, a competência funcional será fixada por distribuição.

**Art. 4º** - A Presidência do Tribunal do Júri será exercida em conformidade com o disposto no inciso IV, do art. 48, da Lei Complementar nº 67/2003.

**Art. 5º** - Concluída a redistribuição, o Secretário da Vara procederá a autuação, observada a classe processual, e as intimações dos advogados das partes e do representante do Órgão Ministerial, nos feitos em que deva intervir, apontando o novo número do processo e, caso haja, dos autos dos incidentes que estejam apensados.

**Art. 6º** - Enquanto não seja nomeado o Secretário Judicial da nova Vara, por esta responderá o da 1ª Vara.

**Art. 7º** - Os feitos de competência comum não serão redistribuídos se já concluída a instrução, com pedido de antecipação dos efeitos de medida cautelar e conclusos para serem sentenciados.

**Art. 8º** - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

São Luís (MA), 23 de fevereiro de 2007.

**Desembargador Raimundo Freire Cutrim  
Corregedor-Geral da Justiça**